

AS RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO E ECONOMIA E IMPACTOS SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOCENTE

Ricardo Senna¹

RESUMO

O artigo procura realizar uma reflexão sobre as relações entre educação, economia e desenvolvimento. O objetivo é buscar compreender as razões pelas quais a política educacional brasileira, em especial, a voltada para remuneração docente e valorização do magistério, encontra limitações para sua implementação. A pesquisa bibliográfica e documental e a pesquisa de dados secundários foram os procedimentos metodológicos adotados. Conclui-se que, dada a predominância de um Estado com inspirações liberais, a política educacional se submete à política econômica.

Palavras-chave: Política educacional. Economia. Educação. Desenvolvimento.

ABSTRACT

The article seeks to make a reflection on the relationship between education, economy and development. The aim is to understand the reasons why the Brazilian educational policy, especially which focused on teacher remuneration and valorization of teaching, has limitations for its implementation. The bibliographic and documentary research and the secondary data research were the methodological procedures adopted. It is concluded that, given the predominance of a State with liberal inspirations, the educational policy submits itself to economic policy.

Keywords: Educational policy. Economics. Education. Development.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é buscar a compreensão da relação entre educação e economia e seus reflexos sobre o desenvolvimento. Parte-se do pressuposto de que, em economias de mercado, as relações sociais que se estabelecem entre os indivíduos e entre as instituições pautam-se pela perspectiva de se criar ambientes favoráveis à valorização do capital por meio da maior atratividade para os investimentos.

Nesse sentido, tal ambiente deve se caracterizar pela existência de mecanismos que assegurem o cumprimento dos contratos, que ofereçam infraestrutura social e

¹ Mestrado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002) e doutorado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2014). Atualmente é professor colaborador do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Atua nas áreas de gestão e planejamento, políticas educacionais, desenvolvimento territorial.

econômica adequada, mão de obra qualificada, trâmites menos burocráticos que incentivem a abertura de empresas, dentre outras variáveis.

Por essa razão e, dadas as correlações de forças que se estabelecem entre governo, mercado e sociedade na defesa de seus interesses, as políticas econômicas, as políticas sociais, as de redução das desigualdades sociais e todas as outras criadas e implantadas pelos governos se relacionam intimamente com objetivos de promoção da expansão de mercados, da dinamização das economias e outros elementos que permitam o aumento da lucratividade dos negócios. Em geral, as políticas governamentais refletem a predominância de interesses de grupos relacionados ao mercado.

Por esses argumentos, observa-se aqui que, na predominância de um Estado configurado sob a égide dos princípios liberais, a educação só é efetivamente importante se atender aos interesses do mercado.

As relações entre educação e desenvolvimento

Sandroni (1994) considera desenvolvimento econômico como crescimento econômico (incrementos positivos no produto) acompanhado por melhorias do nível de vida dos cidadãos e por alterações estruturais na economia. Milone (1998) argumenta que para se caracterizar o desenvolvimento econômico deve-se observar ao longo do tempo a existência de variação positiva de crescimento econômico, medido pelos indicadores de renda, renda *per capita*, PIB e PIB *per capita*, de redução dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade e melhoria dos níveis de saúde, nutrição, educação, moradia e transporte.

Souza (1993) aponta a existência de duas correntes de pensamento econômico sobre o tema. A primeira corrente encara o crescimento como sinônimo de desenvolvimento, enquanto na segunda, crescimento é condição necessária para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente. Na primeira corrente estão os modelos de crescimento da tradição clássica e neoclássica. Já na segunda corrente estão os economistas heterodoxos, formados na tradição marxista e cepalina², que conceituam o

² Economistas ligados às ideias sobre desenvolvimento da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, instituição criada para a promoção da cooperação econômica de seus membros. São 44 países membros e 8 membros associados. Além de países latino-americanos e caribenhos são membros da CEPAL o Canadá, França, Japão, Holanda, Portugal, Espanha, Reino Unido, Itália, Alemanha e Estados Unidos. Foi fundada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. A principal ideia da CEPAL

crescimento como uma simples variação quantitativa do produto, enquanto desenvolvimento é caracterizado por mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas. São exemplos dessa última corrente os economistas Raul Prebisch e Celso Furtado.

Pochmann (2011), buscando estabelecer as relações entre desenvolvimento e educação afirma que: “O desenvolvimento não é apenas a expansão da base material da economia, temos hoje um processo de transição para uma sociedade para além do trabalho material, por isso a educação precisa ser vista em outra perspectiva”. Sen (2000) assevera que “o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”.

Em termos econômicos, a elevação dos níveis de escolaridade tende a aumentar a produtividade do trabalho e, conseqüentemente, pode ocorrer uma elevação dos salários. É possível que, por conta desse efeito, os investimentos em educação, treinamento e qualificação profissionais sejam pontuais e fragmentados, pois assim o mercado cria uma forma de regular o valor da força de trabalho.

Paes de Barros e Mendonça (1997) afirmam que “a educação tende a elevar os salários via aumentos de produtividade, a aumentar a expectativa de vida com a eficiência com que os recursos familiares existentes são utilizados, e a reduzir o tamanho da família, com o declínio no número de filhos e aumento na qualidade de vida destes reduzindo, portanto, o grau de pobreza futuro”.

Portanto, o desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Daí surge conflitos importantes que se manifestam nas definições das políticas de Estado e nas políticas governamentais.

Nas conferências mundiais sobre educação relatadas neste estudo, a importância da educação para a melhoria dos níveis de desenvolvimento é considerada como dada. Nas declarações finais dessas conferências assinala-se claramente o papel da educação para a promoção do desenvolvimento. Por essa razão, os países têm buscado formular políticas que atendam as metas estabelecidas nessas conferências.

era a de que a industrialização era o caminho para superação do subdesenvolvimento latino-americano. (www.eclac.org).

O papel do Estado, no caso da oferta da educação básica, implicou em transbordamentos gerados pela melhoria dos níveis educacionais na opinião de Sen (2000). A análise do autor mostra que é imprescindível a discussão da forma pela qual o estado promove os serviços da educação. Isso abre espaço para se discutir como as políticas educacionais são formuladas e implementadas.

Nessa linha de argumentação sobre o papel do estado no fomento à educação, Pochmann (2011) defende a ideia de que os gastos públicos geram um ciclo virtuoso sobre a sociedade. Defende ainda que a completa universalização do acesso à educação e a melhoria da sua qualidade dependem do aumento de recursos.

Pochmann apresenta o seguinte raciocínio: a destinação de 1% do PIB para gastos em educação gera aumento na demanda por pessoal (técnicos administrativos, professores e outros profissionais da área e correlatos) e aumento no consumo de bens intermediários. No primeiro caso, são gerados aproximadamente 2,9 milhões de empregos diretos pagando-se, na média, um salário mínimo. Isso geraria um efeito-multiplicador de 1,85% de crescimento do PIB. No segundo caso, o do consumo de bens intermediários, seriam produzidos 110 milhões de livros/ano, 7,3 bilhões de merendas/ano, remédios, material de escritório, de atendimento hospitalar e outros. Esse consumo intermediário geraria um aumento de 1,67% de crescimento da renda das famílias. O resultado final, estimado por Pochmann, é que 55% do incremento do gasto em educação retornam ao estado sob a forma de tributos e contribuições. O ciclo econômico virtuoso gera ainda maior crescimento econômico e reduz a desigualdade social.

Ferreira e Issler (1997) apresentam um contraponto sobre a necessidade de se incrementar os gastos em educação. Segundo os autores,

Esse percentual gasto com educação no Brasil não é baixo. O problema brasileiro refere-se à eficiência dos gastos em educação (o que é mais grave) e à composição desses gastos (que não é tão grave). O problema da eficiência é fundamental [...]

Em termos de educação, a prioridade não é aumentar os gastos. Como o sistema é improdutivo, o aumento de gastos pode não gerar ganhos em termos de bem-estar para a população e em termos de crescimento. O problema será solucionado oferecendo-se estrutura para os professores lecionarem, através de reciclagem, aumento de salários, direitos e, também, cobrando mais dos professores. Enfim, o que é

preciso é aumentar a eficiência do ensino básico, diminuir a repetência e, talvez, aumentar gastos (FERREIRA; ISSLER: 1997, p. 306-307).

Outros estudos têm mostrado, por exemplo, que as taxas de crescimento econômico de um país guardam relação com o número de anos de estudos dos trabalhadores, o que implica dizer que, quanto maior os anos médios de estudo de um país, maior será o seu nível de crescimento.

Para ilustrar esse argumento, o quadro a seguir mostra a evolução das remunerações médias no Brasil a partir do grau de instrução. Constata-se que, de fato, há uma correlação direta que estabelece que quanto maior o nível de escolaridade e, conseqüentemente os anos de estudo, maior é a remuneração.

Quadro 1 – Remuneração média de dezembro, em reais, a preços de dezembro de 2010

Grau de instrução	2009			2010		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Analfabeto	782,67	651,47	758,38	808,69	680,74	785,09
Até o 5º ano incompl. do ensino fundamental	1.008,53	754,74	953,72	1.037,70	776,04	981,59
5º ano completo do ensino fundamental	1.115,82	759,94	1.022,82	1.156,52	791,42	1.060,34
Do 6º ao 9º ano incompl. do ensino fundamental	1.115,71	767,57	1.019,86	1.150,29	794,17	1.051,91
Ensino Fundamental Completo	1.222,48	880,25	1.113,09	1.248,22	896,56	1.136,66
Ensino Médio Incompleto	1.126,23	830,10	1.024,83	1.144,11	847,07	1.042,11
Ensino médio completo	1.554,22	1.088,26	1.345,77	1.571,25	1.104,00	1.363,42
Educação superior incompleta	2.438,69	1.600,26	2.004,34	2.463,24	1.628,70	2.028,85
Educação superior completa	5.344,01	3.108,77	4.024,15	5.416,66	3.207,28	4.125,06

Fonte: RAIS 2010 **Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE (Adaptado pelo autor).** **Nota: série deflacionada pelo INPC**

Em economias de mercado o aumento da produção se dá pela combinação de três fatores: acumulação de capital (aumento dos níveis de investimento), crescimento populacional e progresso tecnológico. A maior escolaridade induz ao aumento da produtividade do fator trabalho nas empresas. Quanto mais se tem uma população educada mais se aumenta os níveis de produtividade. Esse aumento, associado às mudanças dos novos paradigmas tecnológicos adotados pelas empresas, exigem ainda maiores níveis de escolaridade e, conseqüentemente, maiores níveis de produto e renda.

Menezes-Filho, Fernandes e Picchetti (2007), em estudo sobre as relações dos níveis de educação e desigualdade de renda, destacam a importância da educação na dinâmica de distribuição dos salários:

Em um determinado momento, num país, o nível e a dispersão dos salários dependem, em geral, da distribuição das características dos seus trabalhadores, como educação, esforço, experiência, outras habilidades observadas e não observadas, bem como dos retornos a essas características. Os retornos, por sua vez, dependerão da distribuição da demanda por essas características. Fatores institucionais, como sindicatos e salário mínimo, também podem afetar a estrutura de salários. No Brasil, assim como em outros países menos desenvolvidos, a educação é frequentemente apontada como a maior fonte da desigualdade. Menezes-Filho (2001), por exemplo, mostra que a distribuição da educação e seus retornos explicam cerca de 40% da distribuição dos salários no Brasil.

A educação é, portanto, um determinante importante dos salários. Isso impõe um dilema ao capital: o aumento da produtividade do trabalho é essencial à sobrevivência do capital e a educação contribui decisivamente para esse aumento, mas, ao mesmo tempo, induz o aumento das remunerações médias recebidas pelos trabalhadores, o que significa dizer que seus custos de produção devem aumentar.

A dinâmica de funcionamento das economias de mercado não permite que o crescimento ocorra de igual forma, no tempo e no espaço, nem entre as diversas atividades produtivas de uma economia, nem mesmo entre as nações. Não há padrões que possam caracterizar o processo de crescimento econômico, a não ser, a sua natural instabilidade decorrente da volatilidade do comportamento de suas taxas de variação.

Caso se pudessem reunir evidências de que os investimentos em educação tenderiam a suavizar ou eliminar essa volatilidade das taxas de crescimento e, conseqüentemente, permitir um processo mais duradouro de valorização do capital, talvez se pudesse despertar um maior interesse do mercado para a área educacional, no entanto, é uma área que onde o Estado tem garantido a oferta. Uma das evidências disponíveis é a de que nações que possuem maiores anos médios de estudo são as que também apresentam maiores taxas de produtividade e são as mais desenvolvidas (FIESP, 2010).

Se a educação possui essa importância, deve-se inferir então que o professor deveria ser um dos profissionais mais bem remunerados em função do papel que exerce na formação educacional dos trabalhadores. No entanto, isso ainda não é uma realidade.

A despeito da importância da educação reconhecida por fóruns internacionais e materializada em políticas governamentais, alguns estudos, baseados em métodos econométricos, não encontram evidências que justifiquem o papel atribuído à educação (DIAS & DIAS, 2007).

Menezes-Filho (s.d), entretanto, mostra que há relações que precisam ser consideradas para se definir com mais precisão o papel da educação. Analisando os determinantes do desempenho escolar dos alunos da 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio nos testes de proficiência em Matemática a partir de dados do Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB), o autor conclui:

Os exercícios econométricos mostram que as variáveis que mais explicam o desempenho escolar são as características familiares e do aluno, tais como educação da mãe, cor, atraso escolar e reprovação prévia, número de livros, presença de computador em casa e trabalho fora de casa. **Uma variável importante é a idade de entrada no sistema escolar: os alunos que fizeram pré-escola têm um desempenho melhor em todas as séries do que os que entraram a partir da 1ª série. Isto indica que investimentos públicos na pré-escola têm chances maiores de terem sucesso.**

As variáveis ao nível de escola, tais como número de computadores na escola, processo de seleção do diretor e dos alunos, escolaridade, idade e salário dos professores têm efeitos muito reduzidos sobre o desempenho dos alunos, como ocorre nos EUA, por exemplo. O salário dos professores só explica o desempenho dos alunos na rede privada. (Grifo do autor).

A despeito disso, ainda assim a análise do autor aponta inicialmente que os salários dos professores têm pouco efeito sobre o desempenho dos alunos. É o propósito deste estudo investigar as implicações de uma melhor remuneração dos professores sobre a educação e sobre o desenvolvimento.

Do que se expôs na análise acima, argumenta-se que cada vez mais a educação se torna fundamental para o desenvolvimento econômico e social de um país. Trata-se aqui de, não somente buscar atender as necessidades do mercado ou da valorização do capital, mas também, de se refletir sobre os possíveis caminhos para a construção de um país menos desigual, socialmente justo e que valorize o homem além do seu papel enquanto mão de obra.

O avanço científico e tecnológico vivenciado nas últimas três décadas promoveu mudanças substanciais no campo social e político das sociedades modernas. Recentemente, alguns analistas se apressaram em dizer que a chamada Primavera Árabe³ não teria sido tão intensa se não fosse pelo uso das mídias sociais, por exemplo.

É da lógica do capitalismo a apropriação desse avanço por parte dos sistemas de produção, criando novos e modernos paradigmas tecnológicos que provocam, a cada dia, a inserção de produtos com alto padrão tecnológico e de alto valor agregado. As tecnologias utilizadas na produção e no cotidiano das pessoas estão carregadas de todo conhecimento que tem sido gerado. Isso, dentre outras razões, aumenta a necessidade de se educar pessoas e de se promover democratização da educação em todos os níveis.

Remuneração docente e valorização profissional

Conforme foi discutido e argumenta-se aqui, a melhoria do nível educacional passa, dentre outras coisas, pela valorização do professor. Nesse sentido, boas condições de trabalho, modernas ferramentas de ensino, perspectivas de carreira e outros devem compor os requisitos para tal valorização.

No entanto, pressupõe-se que, dada a lógica do capitalismo, o trabalho do professor é retribuído da mesma forma que para outros trabalhadores: pelo pagamento de salário. Dessa forma, pressupõe-se que, valorizar o magistério e o trabalho do professor implique em elevar os salários da categoria.

No entanto, o produto do trabalho do professor é um ativo intangível e sua avaliação é subjetiva. Portanto, determinar sua remuneração no mercado cria necessariamente conflitos importantes entre professores, a escola, o governo e o mercado.

Conforme reflete Monlevade (2000), os salários dos professores da rede pública não estão sujeitos à determinação das forças de mercado como é para os professores da rede privada. Na rede pública o patrão é o governo que, por meio da arrecadação de tributos dos cidadãos, deve oferecer uma gama de bens públicos, ou seja, gratuitos, dentro

³ “[...] trata-se de um período de transformações históricas nos rumos da política mundial. Entende-se por Primavera Árabe a onda de protestos e revoluções ocorridas no Oriente Médio e norte do continente africano em que a população foi às ruas para tirar ditadores do poder, autocratas que assumiram o controle de seus países durante várias e várias décadas”. Fonte: Pena, Rodolfo Alves. **Primavera árabe**. In: <http://www.brasilecola.com/geografia/primavera-Arabe.htm>. Acesso em 22/08/2013.

os quais, proteção ambiental, segurança, mobilidade, acessibilidade, saúde, educação, dentre outros. O governo não pode gastar suas receitas apenas com a educação e tão pouco com a valorização dos professores.

Do ponto de vista da ação pública, o que se observa é a preferência dos governantes por obras tangíveis, visíveis e de fácil percepção pela comunidade de que suas vidas estão melhorando. É o caso de vias públicas asfaltadas e iluminadas, praças e outras que mostrem o acúmulo de ativos físicos.

No artigo de Rabelo (2010), a remuneração docente é tratada com um dos fatores determinantes da escolha profissional e da satisfação pessoal e profissional. A autora faz uma análise sobre os salários no Brasil e mostra que, historicamente os docentes vêm recebendo baixas remunerações e a profissão não tem recebido o devido prestígio. Cita ainda que a Constituição de 1967 aumentou o tempo de escolaridade para oito anos, mas desvinculando os recursos orçamentários. Isso implicou negativamente na atuação docente, pois houve redução de salários e aumento na jornada de trabalho.

O professor continua ganhando pouco em comparação com outras profissões que exigem nível de escolaridade menor. O salário do professor chega até mesmo a ser menor do que outros trabalhadores da educação. Isso se manifesta em elevados índices de insatisfação com a remuneração recebida.

Outro aspecto relevante analisado pela mesma autora trata da questão do gênero. Segundo o artigo, a docência era uma profissão considerada feminina. Um dos argumentos era a facilidade da mulher se relacionar com a criança dada sua condição ou aptidão à maternidade. Como consequência, não era uma profissão onde se encontravam homens.

Jesus apud Rabelo (2010, p. 79) traz uma consideração importante sobre a remuneração docente e seus reflexos na qualidade do ensino e na valorização da profissão:

[...] os salários de base dos professores deveriam ser aumentados substancialmente, sobretudo nos primeiros anos de docência, de forma a tornar a profissão docente “competitiva”, comparativamente a outras profissões para as quais são necessárias as mesmas habilitações acadêmicas. Tal medida permitiria atrair candidatos com melhores resultados acadêmicos e, logo, provavelmente mais eficazes, podendo contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e para o reconhecimento da importância da profissão docente na nossa sociedade.

Esta argumentação mostra indícios de que a remuneração docente é um fator importante na análise do desenvolvimento de um país ou região, pois além das condições de trabalho e níveis de satisfação pessoal e profissional, o tema impacta sobre a qualidade do ensino e na formação dos indivíduos, seja para o mercado de trabalho ou para seu crescimento individual.

Cabe observar que a autora também defende maiores atenções para os professores das séries iniciais pelo impacto futuro da formação profissional dos estudantes, e também, por entender que nesses anos iniciais o sistema educacional precisa contar com profissionais devidamente capacitados e, por essa razão, sua remuneração também deveria ser diferenciada. Como se vai discutir adiante, uma má formação na educação infantil, seja por questões materiais, infraestrutura física das escolas até o não reconhecimento sobre a necessidade de valorização do magistério, pode ser um elemento determinante para a transmissão da pobreza ao longo do tempo.

Curi e Menezes Filho (2009) analisam os retornos do investimento em educação e mostram que estes são decrescentes à medida que se avança a idade e são altos quando se trata da educação infantil. Segundo os autores, estudos para os Estados Unidos e América Latina mostram que investimentos na educação infantil proporcionam melhores condições de vida às crianças, altos desempenhos em testes de proficiência feitos em anos posteriores, baixas taxas de encarceramento, melhora de comportamento e rendimentos maiores (CURI e MENEZES FILHO, 2009: 812).

Os autores afirmam que não há estudos socioeconômicos no Brasil sobre a educação infantil e procuram relacionar a educação pré-primária com indicadores educacionais e socioeconômicos no Brasil.

A análise dos autores mostra a importância dos investimentos em educação dado os impactos futuros que a área traz aos indivíduos e para a sociedade. Entende-se que parte desses investimentos está na docência e passa pela valorização profissional, melhoria contínua das condições de trabalho, formação continuada e pela remuneração. Afinal, as políticas educacionais se materializam no ambiente escolar e na sala de aula.

Oliveira e Alves (2005) analisam o contexto escolar e o papel do professor. Mostram que são vários os problemas escolares, tais como, falta de recursos materiais, más condições de trabalho, sobrecarga de trabalho, prática dissociada dos ideais

pedagógicos e desestímulo dos profissionais. São fatores que se relacionam com a motivação dos professores e impactam no desenvolvimento de suas funções.

As autoras discutem pesquisas que procuram mostrar no que consiste um bom professor e, nesse sentido apresentam os seguintes resultados:

Quanto aos fatores que influenciam a competência do “bom professor” foram identificados quatro aspectos: influências positivas e negativas que receberam ao longo de sua própria trajetória escolar; sua experiência profissional e reflexão sobre a docência; a formação pedagógica; e sua prática social mais ampla, ou seja, seu envolvimento social. Pode-se também falar das dificuldades enfrentadas no exercício da função; Cunha (1999) assinala três pontos: desvalorização do magistério, relacionada com a questão salarial; a estrutura do ensino, determinada pelo modelo de escola da legislação contemporânea; as condições de trabalho, como espaços físicos e materiais didáticos, que impossibilitam um ensino de melhor qualidade (OLIVEIRA & ALVES: 2005, p. 230)

Como se pode ver, a questão salarial aparece mais uma vez e, de novo, como fator limitante ao desenvolvimento da docência. Isso é refletido pelas autoras ao se reportarem às percepções que as professoras pesquisadas têm sobre a profissão, que “relatam satisfação associada ao gosto pela profissão e pela realização obtida com o retorno das crianças, queixam-se da má remuneração, da desvalorização do magistério e do desrespeito por parte dos governantes” (Oliveira e Alves, 2005: 237).

Lapo e Bueno (2003) afirmam que o tema formação de professores levou tempo para ocupar as preocupações das políticas educacionais e as pesquisas acadêmicas. No entanto, mostram os autores, o tema apresenta uma tendência de crescimento manifestada pelos estudos das práticas de ensino e novos olhares sobre o professor.

Tais estudos mostram, por exemplo, a insatisfação dos professores e suas implicações sobre seu nível de envolvimento e dedicação com o trabalho, sobre o ensino das próximas gerações, sobre o reconhecimento e valorização dos professores por parte dos alunos, dos pais e da sociedade, sobre as condições de trabalho e sobre os salários recebidos.

Os autores analisam os motivos pelos quais os professores da rede estadual de São Paulo abandonaram a profissão. A baixa remuneração é motivo citado por dezessete dos vinte e nove professores que responderam a pesquisa (58,6%). Destes dezessete, sete

(41,2%) apresentam o pedido de exoneração tendo como motivo principal a baixa remuneração.

Lelis (2001), refletindo sobre a profissão docente a partir da experiência de vida de professoras do estado do Rio de Janeiro, afirma que “(...) os saberes dos professores trazem a marca de suas experiências pessoais, sendo, portanto, temporais, heterogêneos e situados”. Isso leva à consideração de que a sua valorização profissional, incluindo sua remuneração, influenciam a sua prática cotidiana e comprometem o seu papel como agente de transformação social.

O relato remete à percepção de que a combinação de baixos salários, baixa valorização profissional, e excessivas horas de trabalho, levam os professores a não se dedicarem a outras atividades que resgatem os seus valores pessoais e nem mesmo a sua própria qualificação, mesmo com programas governamentais de formação continuada. Certamente a rotina de sair de uma sala e entrar noutra, sair de uma escola e ir para outra, sobrecarrega os professores e os transforma em meros repassadores de conhecimento. Nessa rotina, não há espaço para estudo, aprendizado, inovação e criação. Não há espaço para a satisfação e realização pessoal.

Apesar de numerosa, a categoria profissional dos professores não adquiriu força política suficiente para negociar suas pautas de reivindicações nas esferas governamentais.

Barbosa Filho, Pessoa e Afonso (2009), analisando os diferenciais de remuneração dos professores da rede pública e da rede privada, afirmam que estudos sobre diferenciais de salários são vastos na literatura internacional. Entretanto, os estudos nacionais são restritos e pouco conclusivos.

Weber (2003) destaca que os professores passam a ter papel de destaque, sendo considerados “como um dos principais agentes de mudança, seja da qualidade do ensino, seja da democratização da própria sociedade brasileira”. O autor destaca ainda que parte desse reconhecimento foi materializado nas políticas educacionais e nas legislações norteadoras da educação, inclusive, na própria Constituição Brasileira de 1988.

O autor analisa ainda a importância do professor do ensino fundamental e afirma que “o docente dos anos iniciais do ensino fundamental passa a ser percebido, também, como um profissional que domina e organiza conhecimentos sistematizados, construídos e difundidos pela instância universitária, aos quais deverá expor-se durante processo

regulado de formação ou de capacitação e cuja crítica e superação necessita acompanhar e aprofundar, perspectiva que lastreia o que foi estabelecido, em 1996, pela Lei n. 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” (Weber, 2003: 1126).

Pochmann (2008) afirma que com a expansão absoluta e relativa da população urbana e o desenvolvimento econômico, ganhou maior ênfase o direcionamento de crianças e adolescentes para o sistema escolar, com o adiamento de seu ingresso no mercado de trabalho, e a antecipação da saída da população idosa, sobretudo a partir da década de 1960, período em que se expandiu o sistema de aposentadoria e pensão para o trabalhador rural.

Isso pode implicar numa análise que denuncia os governos de adotarem políticas educacionais voltadas apenas para a regulação da quantidade de mão de obra disponível no mercado de trabalho, bem como, a sua remuneração. Ampliar o acesso à educação, longe de ser uma ação do Estado visando o desenvolvimento e a cidadania, pode ser apenas uma subserviência do governo às necessidades do mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate realizado nesta seção objetivou mostrar que as políticas voltadas para a educação, a despeito de sua importância, sejam para o desenvolvimento de um país ou de seu mercado, sejam para a formação de um indivíduo e sua família, são resultantes da definição de prioridades estabelecidas a partir do confronto de interesses existentes entre a sociedade, governo e mercado.

No entanto, os governos têm privilegiado o atendimento daquelas demandas oriundas dos grupos de interesse que lhes permitem maior sustentação do poder e influência. Neste sentido, as políticas de cunho social, quando são implantadas, decorrem de pressão popular e, ainda assim, sua implementação pode falhar, por exemplo, pela definição clara de mecanismos de financiamento efetivos por parte do poder público.

As limitações encontradas no processo de implementação da política educacional decorrem da não priorização da área por parte dos governos. A supremacia dos interesses do mercado impõe às políticas de cunho social um papel secundário no processo de desenvolvimento das economias capitalistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA FILHO, F. H.; PESSOA, S. de A.; AFONSO, L. E. Um estudo sobre os diferenciais de remuneração entre os professores das redes pública e privada de ensino. **Estudos Econômicos**, vol. 39, nº 3, São Paulo, jul/set/2009.
- CMMAD. COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991.
- CURI, A. Z.; MENEZES-FILHO, N. A. A relação entre educação pré-primária, salários, escolaridade e proficiência escolar. In: **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 39, nº 4, p. 811-850, Outubro-Dezembro 2009.
- DIAS, J.; DIAS, M. H. A. Crescimento econômico e as políticas de distribuição de renda e investimento em educação nos estados brasileiros: teoria e análise econométrica. **Estudos Econômicos**, vol. 37, nº 34, São Paulo, out./dez. 2007.
- FERREIRA, P. C.; ISSLER, J. V. **Educação e crescimento**. In: FONTES, R. (Ed.) Estabilização e crescimento. Viçosa: UFV, 1997.
- FIESP. Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. **Relatório Educação: gastos públicos e propostas de melhoria**. São Paulo: FIESP/DECOMTEC, outubro/2010.
- LAPO, F. R.; BUENO, B. O. Professores, desencanto com a profissão e abandono do magistério. **Cadernos de Pesquisa**, nº 118, março/2003.
- LELIS, I. Profissão docente: uma rede de histórias. **Revista Brasileira de Educação**, nº 17, mai/jun/jul/ago/2001.
- MENEZES-FILHO, N.; FERNANDES, R.; PICCHETTI, P. **Educação e queda recente da desigualdade no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/desigualdaderendanobrasilv2/Cap25.pdf>>.
- MILONE, P. C. Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas. In: MONTORO FILHO, A. F. ET all. **Manual de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.
- MONLEVADE, J. A. C de. **Valorização salarial dos professores – o papel do Piso Salarial Profissional como Instrumento de Valorização dos Professores da Educação Básica Pública**. Campinas: UNICAMP, 2000. (Tese de Doutorado)
- OLIVEIRA, C. B. E. de; ALVES, P. B. Ensino fundamental: papel do professor, motivação e estimulação no contexto escolar. **Paidéia**, vol. 15, nº 31, 2005.
- PAES DE BARROS, R.; MENDONÇA, R. **Investimentos em educação e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. (Texto Para Discussão nº 525)
- POCHMANN, M. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo. 2008.
- POCHMANN, M. **Financiamento da educação para o desenvolvimento**. Palestra proferida na audiência sobre o Plano Nacional de Educação em Julho/2011.
- RABELO, A. O. A remuneração do professor é baixa ou alta? Uma contraposição de diferentes referenciais. In: **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, nº 01, abr./2010.
- SANDRONI, P. **Dicionário de economia**. São Paulo: Atlas, 1994.
- SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SOUZA, N. de J. de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1993.

WEBER, S. Profissionalização docente e políticas públicas no Brasil. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 24, nº 85, p. 1125-1154, dezembro/2003.